

PARECER JURÍDICO - 461/2025

Assunto: Resposta ao Memorando nº 638/2025 - LIC/SEFAZ

1 - RELATÓRIO

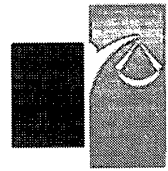
RECEBIDO
EM, 31/07/25
N. Lyê
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES

Trata-se de pedido de parecer jurídico formulado pelo Setor de Licitação/SEFAZ, através do **Memorando nº 638/2025**, referente a solicitação de um parecer para o pedido de abertura de Processo Licitatório, em cumprimento ao artigo 53 da Lei 14.133/2021, em relação ao **Processo Licitatório nº 021/2025**, na modalidade **CONCORRÊNCIA na forma PRESENCIAL nº 003/2025**, Tipo **Maior percentual de repasse sobre arrecadação**, com objeto de concessão dos serviços públicos de implantação, adequação, gestão, operação, conservação, manutenção e exploração do Sistema de Estacionamento Rotativo em vias e logradouros públicos do Município de Cataguases-MG, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Lei Municipal nº 4.946 de 2023, Decreto Municipal nº 5.805 de 2023, Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados) e Lei 12.846 de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) e demais legislação aplicável e, ainda, especificado na ERRATA 01 e TERMO DE REFERÊNCIA e demais anexos, que fazem parte deste Edital, independentemente de transcrição.

O Coordenador Executivo da CATRANS, Sr. Fabrício Zulato dos Santos, enviou o **OFÍCIO/CATRANS nº 118/2025 de 16/07/2025**, solicitando a substituição de orçamento da empresa G2 Empreendimentos e Logística Ltda., pelo orçamento recebido da empresa ÁREA AZUL DIGITAL LTDA. (CNPJ: 24.030.525/0001-38), APÓS cumprimento ao OFÍCIO 0483/2025/1ªPJC/NF:02.16.0153.0194125.2025-30 enviado em 23/05/2025 pelo Ilmo. Promotor de Justiça Dr. Rodrigo Ferreira de Barros, que, mediante análise técnica e competente, foi recepcionada na devida alteração a ser trazida no Edital do Processo Licitatório nº 021/2025, respeitando a importância do órgão fiscalizador e principalmente aos princípios basilares da Administração Pública, elencados no caput do art. 37, CF/88, sendo:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

1



Outro ponto trazido no **OFÍCIO/CATRANS nº 118/2025 de 16/07/2025**, o Coordenador Executivo faz menção ao Memorando/PGM nº 711/2025 de 11/07/2025 da Procuradoria Geral do Município, para que também fosse feita a devida observância.

O Memorando supracitado faz jus à intimação enviada pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), referente ao Processo nº 1.188.067, Apensos nºs 1.188.079 e 1.188.165, conforme despacho do Relator Hamilton Coelho, onde se **"determinou que deverá ser comunicado ao Tribunal, no prazo de até 03 (três) dias, qualquer movimentação no certame"**. (sic) (grifo nosso)

Ao que se refere no Edital publicado anteriormente, o mesmo fora RETIFICADO e será republicado, reforçando a observância ao princípio da vinculação ao edital (art.5º da Lei 14.133/2021).

O Parecer Jurídico/PGM nº 222/2025 de 16/04/2025 permanece válido, tendo a presente manifestação jurídica o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, §1º, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021.

***Art. 53.** Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.*

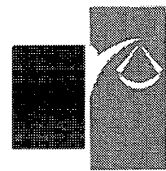
***§ 1º** Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:*

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.

Por conseguinte, com a **RETIFICAÇÃO do EDITAL do Processo Licitatório nº 021/2025 / Concorrência Presencial nº 003/2025**, o prazo será reaberto após (re)publicação. Saliento que a licitação é **Maior Percentual de repasse sobre arrecadação**, conforme especificado na ERRATA 01 e Termo de Referência e demais anexos, que fazem parte deste Edital independentemente de transcrição, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto. **A descrição complementar dos serviços constantes da relação de Itens encontra-se no anexo XIII da Errata 01 e Termo de Referência e anexo I modelo de proposta**. (grifo nosso)

2

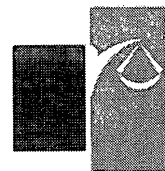



O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.compras.gov.br e www.cataguases.mg.gov.br

Integram este **Edital RETIFICADO do Processo Licitatório nº 021/2025**, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- Anexo I - Modelo de proposta de preços;
- Anexo II – Minuta de Termo de Contrato
- Anexo III - MODELO DE DECLARAÇÃO REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
- Anexo IV - MODELO DE DECLARAÇÃO RESERVA DE CARGO
- Anexo V - MODELO DE DECLARAÇÃO ATENDIMENTO DE DIREITOS TRABALHISTAS
- Anexo VI - MODELO DE DECLARAÇÃO SERVIDOR PUBLICO
- Anexo VII - MODELO DE DECLARAÇÃO VÍNCULO DE NATUREZA ECONOMICA
- Anexo VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO CONDENAÇÃO DE 05 CINCO ANOS.
- Anexo IX - MODELO DE DECLARAÇÃO SANÇÕES VIGENTES
- Anexo X - MODELO DE DECLARAÇÃO NÃO EMPREGA MENOR
- Anexo XI - MODELO DE CIÊNCIA
- Anexo XII - Modelo de declaração de compromisso manter RP indicado
- Anexo XIII - Ofício de abertura e termo de referência digitalizado
- Anexo XIV - Estimativa de receita - planilha de viabilidade
- Anexo XV - Mapa de risco
- Anexo XVI - Estudo técnico preliminar (ETP) e demandas
- Anexo XVII - Cálculo da receita/despesas
- Anexo XVIII - Lei 3.835/2010
- Anexo XIX - Decreto 6.043/2025
- Anexo XX - Lei 4.853/2022
- Anexo XXI - Lei 4.971/2023
- Anexo XXII - Parecer jurídico abertura
- Anexo XXIII - ERRATA 01
- Anexo XXIV - Mapa analítico e cotações realizadas
- Anexo XXV - Ofício solicitando a reabertura do processo
- Anexo XXVI - Portaria comissão especial

No mais, cumpre ressaltar que o presente parecer é meramente opinativo, com o fito de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não, sendo prestado sob o prisma



estritamente jurídico, não competindo a essa assessoria jurídica adentrar no mérito da conveniência e oportunidade dos atos praticados pela gestão pública. (grifo nosso)

Aplicar-se-á ao presente procedimento os Princípios legalidade, impessoalidade, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, publicidade, eficiência, oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, sempre objetivando o melhor resultado possível para a Administração Pública de Cataguases. (grifo nosso)

É a síntese do necessário.

2 - CONCLUSÃO

Por todo o exposto, o parecer jurídico considera a retificação do edital licitatório juridicamente válida e apta a prosseguimento do processo, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, essa Procuradoria opina-se pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo de (re)abertura do Processo Licitatório nº 021/2025, uma vez que se encontram preenchidos os requisitos necessários para sua implementação.

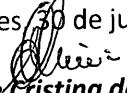
Reforço que deverá ser comunicado ao TCE-MG no prazo de até três dias, qualquer movimentação referente ao certame, mantendo assim, a transparência, a seriedade e garantia da regularidade dos atos administrativos perante os órgãos de controle externo.

Por fim, sublinhe-se que a presente apreciação tomou por base os documentos constantes no Memorando nº 638/2025, sendo objeto de apreciação pelo setor competente.

À consideração superior.

É o Parecer, s.m.j.

Cataguases, 30 de julho de 2025.


Elaine Cristina de Oliveira
Procuradora do Município
OAB-MG 137.994